## LEI COMPLEMENTAR N° 020 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 024

# "DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO, LEI MUNICIPAL Nº 1.773/89, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Povo de São Sebastião do Paraíso, através de seus representantes legais, decreta, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei Complementar:

**Art. 1.º** – Ficam alterados os seguintes dispositivos da Lei Municipal 1773/89, a qual instituiu o Código Tributário Municipal.

Art. 33
<i>I</i>
Parágrafo Primeiro - O fato gerador do imposto constante do inciso "I" ocorre anualmente no primeiro dia de janeiro, e será calculado sobre os dados constantes do cadastro mobiliário, ou, na data em que o contribuinte solicite seu registro no cadastro mobiliário como prestador de serviços.
Parágrafo Segundo — O fato gerador do imposto constante do inciso "II" ocorre mensalmente no ato da prestação do serviço, ou, na emissão do documento fiscal correspondente.
Art. 43
<b>Parágrafo Sexto -</b> São alcançados pelo disposto dos incisos I e II do caput deste artigo, todos os contribuintes ainda que estes sejam imunes ou isentos do imposto, exceto os casos previstos no Parágrafo Sétimo deste artigo.
Art. 44
<b>Parágrafo Segundo</b> – O imposto correspondente ao serviço prestado na forma do inciso "II" do art. 33, independentemente do pagamento do preço se efetuado à vista ou em prestações, será recolhido até o dia 15 (quinze) do mês subseqüente à sua efetivação, mediante o lançamento por homologação.
<b>Parágrafo terceiro -</b> Para efeito do disposto no caput deste artigo considera-se lançamento de oficio aquele efetuado pela autoridade competente e previsto no inciso I do artigo 33 desta lei.
Art. 225

§ 10.º - O disposto nos parágrafos anteriores não se aplica aos débitos tributários em execução fiscal, sendo que, as formas e condições de parcelamentos dos débitos ajuizados serão regulamentados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal após a publicação desta lei, observado

em qu	alquer caso a limitação de prazo prevista no § 3.º deste artigo.
	Art. 235
	III

**Parágrafo único** – O valor de referência de que tratam os incisos de III a XX, é o previsto no artigo 3.º da Lei Municipal 2.887/01.

- Art. 2.º Fica acrescido o art. 130A na Lei Municipal 1.773/89, o qual terá a seguinte redação.
- Art. 130A O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- *Art. 3.º* Fica alterada a redação dos itens 2, 3 e 4 do anexo VII da Lei Municipal 1.773/89, os quais, passam a vigorar com a seguinte redação.

#### ANEXO VII

# TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA A OCUPAÇÃO DE TERRENOS OU VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

### **ATIVIDADE**

## % SOBRE O VALOR DE REFERÊNCIA

	POR DIA	POR MÊS	POR ANO
1 –			
2 – Veículos	10%	50%	100%
3 – Barraquinhas/quiosques/similares	10%	75%	150%
4 – Demais pessoas que ocupam área em terreno			
ou vias e logradouros públicos por m²	1%	10%	30%

Art. 4.º - Revogadas as disposições em contrário, entrará esta Lei em vigor na data de sua assinatura.

Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso, 19 de Fevereiro de 2008.

## MAURO LUCIO DA CUNHA ZANIN Prefeito Municipal